

Press Release

Não se esqueça dos desfavorecidos, diz um novo Relatório pedindo aos países da América Latina e do Caribe que promovam a inclusão na educação em face da Covid-19

Um novo relatório regional da UNESCO em parceria com o SUMMA mostra que a COVID-19 aumentou as desigualdades educacionais na América Latina e no Caribe, que já era a região mais desigual do mundo antes do início da pandemia. Embora o relatório reconheça os esforços dos países para dar continuidade aos programas de ensino à distância, ele aponta para a necessidade de desenvolver medidas urgentes para alcançar os que ficaram para trás. Suas recomendações mostram as etapas que os formuladores de políticas devem priorizar em seus planos de resposta para que a emergência educacional não se transforme em um desastre.

O relatório *Todos*, sem exceção, produzido pelo Relatório de Monitoramento Global da Educação (*Global Education Monitoring Report - GEM*) e pelo Escritório Regional de Educação na América Latina e Caribe (OREALC/UNESCO Santiago), juntamente com o Laboratório de Educação, Pesquisa e Inovação na América Latina e no Caribe -SUMMA, mostra que, antes da pandemia, em 21 países, as crianças das famílias mais ricas tinham cinco vezes mais chances que as mais pobres de concluir a educação secundária superior.

Os resultados de aprendizagem eram baixos antes da COVID-19. Somente metade dos jovens de 15 anos alcançou proficiência mínima em leitura. Na Guatemala e no Panamá, apenas 10 alunos desfavorecidos de 15 anos possuem habilidades matemáticas básicas para cada 100 de seus colegas em melhor situação. Os indígenas e afrodescendentes também apresentam taxas mais baixas de escolaridade e alfabetização.

Na 3ª série, os alunos que não falam o idioma do teste têm menos probabilidade de atingir um nível mínimo de proficiência em leitura. A probabilidade de afrodescendentes concluírem a educação secundária foi 14% menor do que a de não afrodescendentes no Peru, e 24% menor no Uruguai, em 2015. Adolescentes com deficiência tinham em média 10 pontos percentuais menos probabilidade de frequentar a escola do que seus pares.

De acordo com Javier González, Diretor do SUMMA: *“Os sistemas educacionais da região não se caracterizam apenas pela baixa qualidade, mas também por altos níveis de desigualdade e exclusão social. Esse problema foi agravado pela pandemia. Por isso, devemos investir e reformar com urgência os nossos sistemas de educação para desenvolver sua capacidade de adaptação às necessidades específicas de seus alunos e territórios, reconhecendo, valorizando e construindo a diversidade, como elemento essencial e constitutivo da qualidade da educação.”*

O relatório inclui um conjunto de recomendações cruciais para a próxima década, que ajudarão os países a alcançar os objetivos da Agenda 2030, e apela para que as escolas sejam mais inclusivas, o

que muitas ainda não são. Uma pesquisa com 10% das escolas na Jamaica revelou que apenas 24% tinham rampas e 11% tinham banheiros acessíveis. O bullying precisa ser tratado com urgência: jovens LGBTI que estão sendo fortemente vitimizados em sete países são no mínimo duas vezes mais propensos a faltar à escola.

Manos Antoninis, Diretor do Relatório GEM: *“Agora, mais do que nunca, as sociedades latino-americanas precisam se unir como sociedade e construir pontes. O que todos nós pensamos e defendemos é importante. A discriminação cotidiana contra migrantes, reações negativas ao avanço rumo à igualdade, identidade e expressão de gênero, e falsas crenças sobre limites ao potencial das pessoas com deficiência acabam se refletindo nos sistemas educacionais. A mudança é necessária com urgência, mas não acontecerá a menos que todos nós nos mobilizemos.”*

São necessários dados melhores sobre aqueles que ficaram para trás. No Caribe, apenas 4 dos 21 países têm uma pesquisa domiciliar disponível ao público desde 2015 para desagregar os indicadores educacionais por características individuais. A República Dominicana foi o único país do Caribe a participar de uma avaliação de aprendizagem transnacional no mesmo período.

Capacitar professores para ensinar inclusivamente também é fundamental. No Brasil, na Colômbia e no México, mais da metade dos professores relatou sentir uma grande necessidade de capacitação para ensinar alunos com necessidades especiais. Claudia Uribe, Diretora do OREALC, afirmou: *“Existe a expectativa de que os professores tenham estratégias para compensar essas desvantagens, mas é difícil fazê-lo se eles não tiverem as ferramentas e o treinamento para isso. Dois terços dos países afirmam que vão capacitar professores para a inclusão na região, mas os dados indicam que ainda não é o caso na prática. Nosso Relatório apela hoje para que isso seja corrigido.”*

Os currículos e os livros didáticos devem representar todos os grupos de maneira justa e respeitosa. Os livros didáticos em vários países tendem a apresentar os povos indígenas por meio de imagens e situações estereotipadas, quando chegam a ser representados. Muitas vezes não é oferecido apoio educacional na língua materna, afetando crianças de comunidades indígenas, crianças e jovens de origem haitiana que migraram para países de língua espanhola ou inglesa e crianças cuja língua materna é diferente do idioma oficial da escola, como é normalmente o caso nos países do Caribe. No Suriname, por exemplo, apenas 4% das crianças no distrito de Sipaliwini falam a língua de ensino, holandês, em casa.

O Relatório mostra que a região é frequentemente um exemplo de leis e políticas fortes que expressam uma vontade de mudança, mas apela para que sejam implementadas de forma mais adequada. A análise dos [perfis educacionais PEER](#) de cada país do mundo contida no Relatório GEM sobre Inclusão mostra que 10 dos 19 países do mundo que adotam a inclusão para todos em suas leis educacionais estão localizados na América Latina e no Caribe. No entanto, embora as leis de apenas 42% dos países da região prevejam a educação de pessoas com deficiência em ambientes separados, poucas escolas primárias comuns recebem alunos com deficiência. Na Nicarágua, por exemplo, um terço dos cerca de 10.000 alunos com deficiência estudou em escolas especiais em 2019. Em países como Trinidad e Tobago, entre outros, ainda não foram estabelecidos regulamentos para garantir o direito à educação de crianças refugiadas e migrantes da Venezuela, o que tem levado atores nacionais e internacionais da sociedade civil a trabalharem juntos para atender às suas necessidades.



O Relatório apresenta dez recomendações no total, apoiadas por exemplos baseados em evidências de toda a região, e convida os países a levá-las em consideração em seus planos de ação na década para ação até 2030 e para evitar retrocessos no progresso da educação como resultado da COVID - 19.

**FOR MORE INFORMATION, PLEASE CONTACT KATE REDMAN K.REDMAN@UNESCO.ORG
+33(0)671786234**

Nota aos editores:

O Relatório é o foco de um Fórum Regional de 2020 sobre Política de Educação - Inclusão e Educação em Tempos Pós-Pandêmicos, a ser realizado de 9 a 12 de novembro, reunindo autoridades ministeriais e especialistas em educação de toda a região.

Esta plataforma de intercâmbio é co-organizada pelo Instituto Internacional de Planejamento Educacional da UNESCO (IIEP), o Relatório GEM, OREALC/UNESCO Santiago, o Instituto de Estatística da UNESCO (UIS) e a Divisão de Apoio e Coordenação de Educação da UNESCO 2030. O fórum proporcionará um espaço para os formuladores de políticas desenvolverem ações concretas para a elaboração de políticas de mitigação da exclusão na região